

Lógica e Ciência em Aristóteles

Lucas Angioni
(Org.)



Ficha Catalográfica
Márcio Souza Martins - CRB-8/7719

L829 Lógica e ciência em Aristóteles / Lucas Angioni (Org.). - Campinas,
Editora PHI, 2014.

372 p

ISBN 978-85-66045-18-5

1. Aristóteles. 2. Lógica antiga. 3. Ciência. I. Angioni, Lucas. III.
Título.

CDD 185.1

Copyright © by Editora PHI LTDA

Todos os direitos reservados a Editora PHI LTDA.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da
CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada
para a formação de recursos humanos

Editora PHI LTDA
Rua Castro Mendes, 133 – Taquaral – 13076-120 – Campinas – SP
www.editoraphi.com.br – editoraphi@editoraphi.com.br

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq, que, por meio do Projeto “Silogística e Teoria da Demonstração em Aristóteles” (481079/2012-2), garantiu suporte financeiro para a confecção deste livro.

Agradecemos também ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, o qual, por meio do PROEX-CAPES apoiou financeiramente a publicação deste livro.

Agradecemos o empenho da Editora PHI, que garantiu a publicação deste livro em um prazo extraordinário.

Índice

Prefácio

Rodrigo Guerizoli e Raphael Zillig | 9

Introdução

Lucas Angioni | 13

Os predicados *per se* em Aristóteles

Carlos Terra | 23

Demonstração, silogismo e causalidade

Lucas Angioni | 61

Silogismo e demonstração na concepção de conhecimento científico dos *Analíticos* de Aristóteles

Francine Maria Ribeiro | 121

Fundacionalismo e Silogística

Breno A. Zuppolini | 161

As proposições categóricas na lógica de Aristóteles

Mateus R. F. Ferreira | 203

Silogismos e ordenação de termos nos *Primeiros analíticos*

I.4 e I.7 de Aristóteles

Felipe Weinmann | 247

A utilidade dos *Tópicos* em relação aos princípios das ciências

Fernando Martins Mendonça | 287

A aporia 11 e o projeto aristotélico de fundação da filosofia primeira

Wellington Damasceno de Almeida | 331

Sobre os autores | 369

Prefácio

Este volume apresenta trabalhos produzidos por um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade Estadual de Campinas que, sob a orientação de Lucas Angioni, têm consistentemente explorado diversos aspectos da filosofia de Aristóteles. Associados a pesquisas de mestrado e de doutorado, os textos aqui coligidos comprovam o sucesso de um esforço de formação em pesquisa que já se estende por mais de uma década. Além de dar testemunho do êxito de um projeto formativo em pesquisa, o volume atesta também a consolidação de um grupo que trabalha de modo coeso e articulado.

Em primeiro lugar, os trabalhos aqui reunidos demonstram a sedimentação de um estilo próprio de investigação de temas e obras filosóficas. Esse modo de abordagem, que o leitor logo reconhecerá, é o resultado natural de um ambiente acadêmico no qual, há vários anos, a discussão em grupo tem precedência sobre a reflexão isolada.

Os autores aqui representados, no entanto, não compartilham apenas um modo de lidar com problemas e textos filosóficos. Ao longo dos anos, estabeleceu-se entre eles também uma agenda comum e, o que é mais significativo, um conjunto de teses a respeito do pensamento de Aristóteles. Com isso, as afinidades entre os autores ultrapassam o que se esperaria de um grupo de pesquisa, permitindo discernir os contornos de uma escola de interpretação da filosofia aristotélica.

Entre os temas que ocuparam os aristotélicos de Campinas nos últimos anos, nenhum foi mais fundamental do que a noção de causalidade ou explicação (dado que, em Aristóteles, o que se costuma traduzir por “causa” é frequentemente melhor compreendido a partir da ideia de explicação). Ainda que todo leitor de Aristóteles reconheça a importân-

cia do tema para o filósofo, os aristotélicos de Campinas distinguem-se por fazer da causalidade a chave de leitura de um amplo conjunto de textos. Isso é visível, antes de mais nada, no modo como é compreendida a divisão de tarefas entre os *Primeiros* e os *Segundos analíticos*. Usualmente, entende-se que os *Primeiros analíticos* tenham por fim expor uma doutrina geral das formas válidas da argumentação dedutiva. Nessa perspectiva, o que é requerido para que um argumento não seja apenas formalmente válido, mas seja também capaz de apresentar adequadamente relações explanatórias, seria objeto exclusivo dos *Segundos analíticos*. De acordo com o grupo da UNICAMP, porém, o apelo à noção de validade não é suficiente para explicar o tratamento que Aristóteles dá aos silogismos nos *Primeiros analíticos*. Já nessa obra seria possível identificar o empenho de Aristóteles em privilegiar a apresentação silogística de relações causais, e não meramente de implicações extensionais. Com isso, a silogística aristotélica ganha feições que, de modo interessante, a aproximam de lógicas relevantistas.

Ao buscar-se um vínculo estreito entre a silogística e a expressão de relações causais no discurso científico, assume-se uma posição contrária a uma influente interpretação sobre o tema. Autores como Geach e Barnes entendem que a adoção do silogismo como forma canônica da demonstração científica tenha imposto limitações indesejáveis a essa última. Para essa interpretação, a associação entre demonstração e silogística não encontra apoio nas condições a que a ciência deve satisfazer para bem cumprir seu papel, devendo-se antes a um equívoco de percurso no desenvolvimento da lógica aristotélica. Os aristotélicos de Campinas, ao contrário, entendem que a adoção da silogística na ciência tenha por base uma das mais importantes teses de Aristóteles: a silogística seria adequada ao discurso que deve expor as relações explanatórias distinguíveis no mundo, porque, aos olhos de Aristóteles, tais relações se deixam melhor captar em uma estrutura tripartida.

Isso pode ser visto quando se examina o modo como é compreendida a apresentação silogística das relações causais pela ciência aristoté-

lica. Em todo silogismo, tanto o sujeito quanto o predicado da proposição que figura na conclusão identificam-se com termos que desempenham o papel de sujeito ou de predicado nas premissas. Por sua vez, o termo que não figura na conclusão deve ocorrer como o termo comum às premissas. Desse modo, as proposições que figuram nas premissas do silogismo compartilham um termo que as articula e que explica a ocorrência dos termos que figuram na conclusão. Esse termo que ocorre apenas nas premissas é denominado “termo médio” ou “termo mediador” e expressa, por seu papel na demonstração, a causa do estado de coisas apresentado na conclusão. A partir desse quadro, o grupo de Campinas procurou explorar o fato de que, nos *Segundos analíticos*, o termo médio é compreendido como mantendo relações *definicionais* com os demais termos do silogismo demonstrativo, estando, portanto, vinculado às essências dos itens designados por aqueles termos.

Nessa perspectiva, portanto, o silogismo demonstrativo é fundamental ao cientista aristotélico devido à sua capacidade de corretamente exibir, de um ponto de vista essencialista, relações explicativas. Essa constatação, no entanto, impõe um reexame do modo como a demonstração é incorporada ao instrumental do qual o cientista se serve. Tradicionalmente, a demonstração é compreendida como um procedimento prioritariamente axiomático, no qual, em se assumindo a verdade das premissas como ponto de partida, busca-se assegurar, por meio do silogismo, a verdade da conclusão. Segundo o grupo de Campinas, no entanto, o uso que o cientista faz do silogismo demonstrativo teria sido mal compreendido pela tradição. O procedimento desse cientista não almejaria determinar se são verdadeiras ou falsas proposições cujo valor de verdade é desconhecido. Ao contrário, estando já ciente da verdade da proposição que ocupa a posição de conclusão na demonstração, o cientista buscaria articular as proposições que devem ocorrer nas posições de premissas. Seu objetivo não seria descobrir uma verdade que não se conhece, mas encontrar a explicação de algo cuja verdade já está assegurada.

A articulação entre a estrutura do silogismo demonstrativo e a noção de explicação apropriada é realizada pelos aristotélicos de Campinas através daquela que é certamente sua tese mais básica, a saber, sua compreensão da natureza da relação causal em Aristóteles. Com efeito, no foco das pesquisas desenvolvidas está a recusa de uma concepção da causalidade como relação binária entre uma causa e um efeito desprovido de complexidade. Em lugar disso, o grupo de Campinas compreende a causalidade em Aristóteles como uma relação ternária: um *explanandum* no qual um termo é predicado de outro e um *explanans* que exprime a causa relevante dessa predicação. Esquemáticamente, a enunciação de uma explicação dá-se pela apresentação de uma causa B, pela qual A ocorre em C. Esse modelo encontra sua instância paradigmática no muito conhecido exemplo do trovão: a causa do estrondo que se identifica como trovão, é uma certa extinção do fogo (B), o que explica que o estrondo (A) ocorra nas nuvens (C).

Nos textos que seguem, o leitor poderá testemunhar a aplicação dessa perspectiva a diversos temas de importância filosófica capital. Acreditamos que os resultados demonstrem o quão profícua é essa compreensão sobre a lógica e a ciência em Aristóteles.

Raphael Zillig e Rodrigo Guerizoli

Introdução

Os textos reunidos neste volume são contribuições do grupo de pesquisa por mim liderado, registrado no CNPq sob o título já desatualizado e desproporcionalmente longo “*Metafísica, física, ciência e dialética em Aristóteles*”. Os capítulos são, em diferentes graus, resultados de pesquisas de mestrado e doutorado orientadas por mim. Ao longo dos anos, o grupo foi se tornando bem coeso, com colaborações internas bem intensas, e não apenas foi se desenhando um consenso mínimo em relação a certos conceitos básicos em torno da lógica, da metafísica e da filosofia da ciência de Aristóteles (com saudáveis divergências sempre pautando o debate), mas também se delimitou uma agenda comum: compreender as complexas relações de interdependência entre essas partes da filosofia de Aristóteles. O núcleo básico da agenda consiste na teoria da demonstração científica desenvolvida nos *Segundos analíticos*. Mas está bem claro que, para compreender essa teoria, é necessário conhecer bem a silogística e a teoria lógica em geral de Aristóteles, bem como sua teoria mais geral da argumentação (dialética e sofística) e os pressupostos metafísicos dessas teorias, sobretudo em conexão com temas fundamentais como o essencialismo, a noção de substância como sujeito básico de predicação e a noção de causalidade. Os capítulos apresentados neste livro se localizam em diferentes partes do espectro que se abre a partir desse núcleo básico: Fernando Mendonça (que trata da relação entre dialética e heurística dos princípios científicos) e Wellington de Almeida (que mostra que a análise semântica do conceito de “um” pode ser generalizada para vários conceitos metafísicos básicos) estão em pontos mais distantes do espectro, ao passo que Mateus Ferreira e Felipe Weinmann tratam diretamente da teoria lógica de Aristóteles e os demais textos se

dedicam em primeiro lugar à teoria da ciência nos *Segundos analíticos*. Dentro desse espectro definido por uma agenda coletiva, os resultados de pesquisa, construídos com sólida interlocução mútua, também se elucida mutuamente, dando a este livro razoável unidade e coesão teóricas.

Carlos Alexandre Terra, em “*Os predicados per se em Aristóteles*”, examina as duas classificações que Aristóteles oferece para os predicados tradicionalmente denominados “per se”: *Segundos analíticos* I 4 e *Metafísica* V 18. Compreender essas classificações é de suma importância para compreender o projeto de Aristóteles nos *Segundos analíticos*, visto que o filósofo repetidamente insiste que as sentenças que constituem as ciências demonstrativas apresentam predicados “per se”. Um dos maiores problemas para a interpretação dos *Segundos analíticos* consiste em decidir se Aristóteles se refere a todos os tipos de predicados “per se”, bem como decidir qual o papel que tais predicados desempenham na estrutura das demonstrações: deveriam figurar nas premissas, ou nas conclusões, ou em ambas? Terra procura mostrar que, ao contrário do que uma primeira impressão de leitura poderia sugerir, ambos os pronunciamentos de Aristóteles são consistentes entre si, apesar de algumas disparidades na linguagem e nos critérios de classificação empregados em cada caso. A rigor, os dois textos não se pautam apenas em classificar os tipos de predicados que se atribuem a seus sujeitos por si mesmos, mas oferecem uma discussão ainda mais ampla sobre os modos pelos quais a expressão “por si mesmo” é usada. Terra se alinha à interpretação tradicional ao considerar que o terceiro caso de “por si mesmo” apresentado em *Segundos analíticos* I 4 (“por si₃”) não configura estritamente um tipo de predicado (o mesmo ocorrendo com o “por si_{iv}”, apresentado em *Metafísica* V 18). No entanto, Terra vai muito além da interpretação tradicional ao argumentar que os tipos de predicado designados como “por si₄” e “por si_v” não devem ser considerados no mesmo nível que os demais tipos, pois são compatíveis com os critérios implícitos utilizados na delimitação dos tipos anteriores e têm em vista um alargamento mais generoso da classificação, destinado a incluir os predicados próprios e os

chamados “concomitantes por si mesmos”, os quais desempenham o papel fundamental de fornecer os explananda para uma dada ciência.

O meu texto, “*Demonstração, silogismo e causalidade*”, discute as interpretações mais recentes a respeito da relação entre demonstração e silogismo. Eu me contraponho a certos pressupostos que são partilhados por interpretações díspares e rivais entre si, como a proposta “anti-silogismo” de Barnes (1981), a interpretação extensional-hempeliana de Hintikka e a interpretação deducionista de Corcoran e Smith. Todos esses intérpretes julgam que características puramente formais da silogística é que teriam levado Aristóteles a eleger o silogismo como ferramenta de demonstração. Contra esse pressuposto, argumento basicamente em favor de três pontos articulados entre si. Primeiro, defendo que a demonstração (como expressão do conhecimento científico) se define fundamentalmente por sua preocupação em captar a causa ou explicação apropriada para dado *explanandum*: conhecer algo cientificamente é explicá-lo pela sua causa apropriada. Em segundo lugar, insisto na tese de que a noção de causa, em Aristóteles, tem uma estrutura triádica, a qual depende fundamentalmente da formulação predicativa do *explanandum*. Em terceiro lugar, defendo que o que levou Aristóteles a escolher o silogismo como instrumento de demonstração foi, precisamente, a aptidão do silogismo para exprimir relações causais em sua estrutura triádica. Finalmente, contra interpretações que tendem a ridicularizar o uso do silogismo, procuro mostrar que a exigência de formular o *explanandum* como uma predicação pode ser entendida como uma regimentação, de cujos benefícios Aristóteles estava plenamente consciente. Um desses benefícios é justamente ressaltar, em detrimento de relações puramente extensionais entre termos, o aspecto de relevância envolvido na noção de explicação pela causa apropriada.

O mesmo problema central concernente às relações entre silogismo e demonstração também consiste no núcleo das preocupações de Francine Maria Ribeiro, em seu texto “*Silogismo e demonstração na concepção de conhecimento científico dos Analíticos de Aristóteles*”. Ribeiro dis-

cute pormenorizadamente as duas principais linhas de interpretação sobre a silogística de Aristóteles, a de Lukasiewicz, que interpreta a silogística em termos de uma teoria axiomatizada, e a de Corcoran, que interpreta a silogística em termos de um sistema de dedução natural. Na segunda etapa de seu texto, Ribeiro defende a tese central de que o interesse de Aristóteles em fazer do silogismo a ferramenta da demonstração deve ser entendido como um interesse por um instrumento capaz de exprimir relações causais apropriadas. Esse ponto desemboca em argumentação detalhada em torno da definição de conhecimento científico dada por Aristóteles em *Segundos analíticos* 71b9-16. Ribeiro procura mostrar que os dois traços decisivos dessa definição recaem sobre a noção de causalidade: o cientista deve conhecer a causa apropriada do fenômeno que procura explicar e, mais estritamente, deve saber que essa relação causal não pode ser de outro modo. Todo o vocabulário modal que se associa à definição de conhecimento científico em 71b9-12 é interpretado de modo inteiramente deflacionário: o que “não pode ser de outro modo” é a causa apropriada para explicar um dado fenômeno.

Problemas conceituais e exegéticos bastante similares estão subjacentes ao texto de Breno Andrade Zuppolini, “*Fundacionalismo e silogística*”. Zuppolini discute as complexas relações entre uma visão fundacionalista e uma visão axiomatizante do conhecimento científico, mostrando como essas relações envolvem visões muito distintas sobre o papel a ser desempenhado pela silogística na demonstração científica. Zuppolini particularmente se dedica a argumentar contra uma interpretação que vê no silogismo apenas um instrumento de justificação, que apresentasse apenas a *causa cognoscendi*, mas não a *causa essendi*, do fato reportado pela conclusão de cada demonstração científica. Por meio de análise detalhada dos capítulos iniciais do livro II dos *Segundos analíticos*, Zuppolini propõe que a demonstração, em sua estrutura silogística, deve captar a causa real dos fatos a serem conhecidos cientificamente. O autor conclui que o fundacionalismo de Aristóteles, longe de dever ser compreendido no terreno epistemológico da justificação, deve antes ser

compreendido no terreno mais exigente da explicação pelas causas: os primeiros princípios não são aquelas proposições autoevidentes tão louvadas na tradição axiomática, mas são, antes de tudo, as proposições que apresentam as causas primeiras daquilo que se quer explicar. E como essas causas são apresentadas em uma estrutura silogística, como Aristóteles claramente defende no livro II dos *Segundos analíticos*, Zuppolini conclui que não há nenhum conflito entre o fundacionalismo e o uso da ferramenta silogística na filosofia da ciência de Aristóteles. Os princípios científicos que são reconhecidamente avessos à formulação prediativa e silogística (como hipóteses de existência, o princípio da não-contradição etc.), longe de operar explicitamente como premissas para a explicação de um dado *explanandum*, são apenas pressupostos por cada demonstração de modo que sua incompatibilidade com a expressão silogística não ameaça o propósito de fazer do silogismo um instrumento de explicação pela causa apropriada.

Mateus Ricardo Fernandes Ferreira, em seu texto “*As proposições categóricas na lógica de Aristóteles*”, examina o clássico problema de saber como a semântica das proposições categóricas preservaria o quadrado lógico, com todas suas relações de contradição, contrariedade, subordinação e sub-contrariedade. Ferreira começa por examinar as dificuldades enfrentadas por duas interpretações das proposições categóricas: a interpretação segundo a qual todas as proposições categóricas teriam por si mesmas força existencial e não poderiam ser empregadas com termos vazios; e a interpretação segundo a qual a mesma tese – isto é, que as proposições categóricas teriam força existencial e não poderiam ser empregadas com termos vazios – valeria apenas para as proposições categóricas afirmativas, sendo que as negativas poderiam ser verdadeiras por vacuidade, quando simplesmente não existe o sujeito a respeito do qual pretendem falar. Tendo examinado as dificuldades exegéticas e conceituais dessas duas vertentes interpretativas, Ferreira considera uma terceira, recém-introduzida por Marko Malink: uma interpretação não-extensional das proposições categóricas, segundo a qual a semântica

das mesmas prescinde da noção de quantificar sobre indivíduos de uma ordem sintática diferente das letras esquemáticas que servem de argumentos nas proposições categóricas. Ferreira se concentra em confrontar as evidências exegéticas e as vantagens conceituais dessa terceira interpretação, sobretudo em confronto com a segunda interpretação antes mencionada. Finalmente, para resolver alguns problemas talvez residuais no quadrado lógico, Ferreira recorre a uma semântica introduzida por Matthen, que reconhece usos sobredeterminados do verbo “ser” e uma ontologia sofisticada, em que se afirma a existência de complexos predicativos, como Sócrates doente.

Felipe Weinmann, em seu texto “*Silogismo e ordenação de termos nos Primeiros analíticos I-4 e I-7 de Aristóteles*”, discute, com rigor lógico e filológico, um ponto fundamental para a compreensão da silogística de Aristóteles: o que significa a cláusula final da definição de silogismo, “por essas coisas serem assim”? Alguns intérpretes julgam que a cláusula é redundante em relação ao traço supostamente básico da definição de silogismo, que é a necessidade da inferência da conclusão a partir das premissas. Outros intérpretes julgam que a cláusula introduz alguma restrição suplementar, que empurra a silogística para o lado da lógica relevantista, mas não mostram como isso se dá. Weinmann procura examinar sobretudo o uso que Aristóteles faz da cláusula final em *Primeiros analíticos* I-4 (26a4-5), em um contexto em que o filósofo aparentemente se contradiz por declarar como “inconcludente” um par de premissas que ele mesmo reconhece como concludente em *Primeiros analíticos* I-7, a saber, o par “A se atribui a todo B”, “B não se atribui a nenhum C” na primeira-figura (ou, na linguagem cifrada dos especialistas, o par ae_1). Weinmann procura mostrar que Aristóteles não se contradiz, mas desenvolve uma teoria bem coerente. A expressão “por essas coisas serem assim” remete a um traço importante do silogismo, que (entre outras coisas) envolve uma ordenação determinada dos termos. Ao examinar o par de premissas ae_1 , Aristóteles não estava interessado em saber se qualquer conclusão válida se segue do mesmo; antes, ele estava interessado

em saber se, de tal par de premissas, se segue ou não uma conclusão com a forma “A atribuir-se a C”, ou seja, uma conclusão em que C seja sujeito e A seja o predicado. A partir dessa proposta, Weinmann argumenta que a cláusula final da definição de silogismo (“por essas coisas serem assim”) desempenha uma função bem clara e não-redundante: ela delimita, na classe mais geral dos argumentos válidos (que incluem a dedução de “C não se atribui a algum A” a partir do par *ae₁*, como Aristóteles reconhece em *Primeiros analíticos* I-7), aquela sub-classe de argumentos que contam como estritamente silogísticos, e que dependem de uma determinada ordenação dos termos, na conclusão e nas premissas.

Fernando Martins Mendonça, em seu texto “*A utilidade dos Tópicos em relação aos princípios das ciências*”, aborda uma questão clássica que, nos últimos anos, tem sido objeto das mais variadas interpretações, movidas pelo ensejo de fazer da dialética, enquanto modo de racionalidade pautado por exigências menos estritas do que as condições para a ciência demonstrativa, o método apropriado à filosofia prática de Aristóteles. Em *Tópicos* I 2, 101a36-b4, Aristóteles diz que, sendo cada ciência incapaz de discorrer sobre os princípios dos quais ela própria procede, competiria à dialética, por seu caráter examinativo, discorrer sobre (ou, nas interpretações mais otimistas, descobrir) os princípios das ciências demonstrativas. A atribuição da referida capacidade à dialética é, porém, bem problemática. Por um lado, a dialética é um método de argumentar que não se preocupa em discernir se uma dada sentença é verdadeira ou não, pois sua preocupação se confina à consistência de um conjunto de crenças: o dialético busca levar o adversário à contradição e evitar ele próprio cair em contradição, ou, no uso mais amigável do método, busca explicitar incoerências e contradições que o interlocutor não havia percebido, mas, de todo modo, jamais se pauta em oferecer um argumento decisivo para estabelecer que uma dada opinião seja verdadeira. Por outro lado, os princípios das ciências são, entre outras coisas, não somente verdadeiros, mas verdadeiros de tal modo que a verdade dos teoremas no domínio daquela ciência deles depende. De que modo um método pau-

tado em discernir inconsistências, sem nenhuma preocupação em estabelecer o que é verdadeiro, poderia ser encarregado de encontrar o caminho que leva aos primeiros princípios das ciências? Mendonça oferece uma interpretação bem deflacionária a respeito da capacidade heurística da dialética. Ele enfatiza a necessidade de distinguir entre, de um lado, a dialética enquanto método confinado às “opiniões aceitáveis” (os “*endoxa*”) e, de outro lado, o rol de ferramentas linguísticas e argumentativas de que a dialética (mas não apenas a dialética) se utiliza. As discussões sobre esse problema tendem a ignorar essa distinção. Mendonça propõe que Aristóteles jamais teria atribuído à dialética (enquanto limitada aos “*endoxa*”) o papel de descobrir os primeiros princípios: Aristóteles limitou-se a dizer que a descoberta dos princípios é facilitada pelo uso das ferramentas linguísticas e argumentativas que *Tópicos* I descrevem, as quais são usadas pela dialética, mas não apenas pela dialética.

Wellington Damasceno de Almeida, em seu texto “*A aporia 11 e o projeto aristotélico de fundação da filosofia primeira*”, examina o desenvolvimento e o desenlace da chamada “Aporia 11” (conforme a enumeração das Aporias no livro III da *Metafísica*) no capítulo 2 do Livro Iota da *Metafísica*. Esse livro da *Metafísica*, como é bem sabido, é ignorado pela tradição interpretativa e é difícil encontrar na literatura secundária algo útil, presumivelmente devido à impressão preconceituosa de que tal livro trata de problemas menores e irrelevantes. Almeida mostra a pertinência da discussão empreendida por Aristóteles no capítulo 2 do Livro Iota da *Metafísica*: trata-se de decidir qual é a semântica e o compromisso ontológico de alguns conceitos metafísicos considerados, por Aristóteles e por seus adversários, como primeiros princípios: os conceitos de princípio, elemento, ente e, sobretudo, o conceito de “um”. Almeida mostra que Aristóteles, ao rejeitar o modo pitagórico–platônico de conceber o um como princípio, introduz alguns pressupostos semânticos que são fundamentais para compreender vários outros aspectos de sua filosofia. Aristóteles retoma, por assim dizer, uma semântica que julgou encontrar implícita nas cosmologias dos fisiólogos, segundo a qual o

conceito de um remete a um princípio que, longe de se referir diretamente a objetos, e longe de introduzir uma entidade autossubsistente, o Um em Si (como na metafísica platônica), depende de algum conceito-pivô que necessariamente deve lhe acompanhar, para que o uso da expressão “um” tenha referência efetiva. A semântica descortinada por Aristóteles apresenta o “um” como um conceito de segunda ordem, aplicável a conceitos de primeira ordem, mas nunca aplicável diretamente a objetos: não há objeto algum que seja um sem ser também alguma outra coisa – ou um algo, em que “algo” introduz um conceito de primeira ordem. Almeida argumenta, finalmente, que Aristóteles não atribui essa semântica apenas ao conceito de um, mas a estende a uma considerável gama de conceitos metafísicos.

Finalmente, gostaria de agradecer aos professores e pesquisadores que, sob as mais variadas formas (participação em bancas, oferecimento de mini-cursos, participação em colóquios e seminários, supervisão de estágios de pesquisa no exterior, interlocução informal), contribuíram para o andamento das pesquisas realizadas em nosso grupo e interagiram conosco de modo significativo a respeito dos temas que constituem nossa agenda: Rodrigo Guerizoli, Raphael Zillig, Alan Code, David Charles, Ricardo Santos, David Bronstein, Laura Castelli, Michail Peramatzis, André Porto, Marko Malink, Silvio Chibeni, Marcelo Coniglio, Phil Corkum, Nazareno de Almeida, Vivianne Moreira, Priscilla Spinelli, Antonio Mesquita, Inara Zanuzzi, Frederique Janssen-Lauret e Marco Ruffino.

Lucas Angioni